

Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar –Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG
Lajeado - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG
CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80

ATIVO		31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO		31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		648.581	603.898	CIRCULANTE		231.099	221.333
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	9.034	4.760	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	167.150	158.352
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	4.018	-	Depósitos à Vista		113.117	82.938
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		4.018	-	Depósitos a Prazo		54.033	75.414
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	128.107	120.310	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		22.617	24.865
Carteira Própria		128.107	120.310	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	1
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		291.508	293.784	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 13)	22.617	24.864
Correspondentes no país		-	14	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		2.748	2.500
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	291.508	293.770	Recursos em Trânsito de Terceiros		2.748	2.500
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	188.759	164.224	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 14)	-	6.530
Operações de Crédito		196.329	170.584	Empréstimos País - Outras Instituições		-	6.530
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(7.570)	(6.360)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		38.584	29.086
OUTROS CRÉDITOS		24.215	20.315	Cobrança e Arrecadação de Tributos		127	116
Créditos por Avals e Fianças Honorados		213	146	Sociais e Estatutárias		3.566	2.449
Rendas a Receber		1.178	1.126	Fiscais e Previdenciárias		1.943	1.144
Diversos	(NOTA 07 E 08)	23.259	19.365	Diversas	(NOTA 15)	32.948	25.377
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(435)	(322)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	2.940	505				
Outros Valores e Bens		2.623	221				
(Provisão para desvalorização)		(2)	-				
Despesas Antecipadas		319	284				
NÃO CIRCULANTE		241.209	192.118	NÃO CIRCULANTE		469.526	411.495
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	12.369	-	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	468.695	410.983
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		12.369	-	Depósitos Interfinanceiros		6.793	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	165.801	130.461	Depósitos a Prazo		461.902	410.983
Operações de Crédito		177.149	138.912	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	831	512
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(11.348)	(8.451)	Repasse Interfinanceiros		831	512
OUTROS CRÉDITOS		1.346	2.149	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		189.165	163.188
Diversos	(NOTA 07 E 08)	1.360	2.171	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 17)	38.385	33.405
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(14)	(22)	De Domiciliados no País		38.727	33.433
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	344	575	(Capital a Realizar)		(342)	(28)
Despesas Antecipadas		344	575	RESERVAS DE SOBRAS		143.581	123.970
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	17.311	17.311	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		7.199	5.813
Outros Investimentos		17.311	17.311				
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	38.114	36.893				
Imóveis de Uso		26.505	26.505				
Outras Imobilizações de Uso		19.864	17.674				
(Depreciação acumulada)		(8.255)	(7.286)				
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	5.924	4.729				
Outros Ativos Intangíveis		11.701	9.300				
(Amortização acumulada)		(5.777)	(4.571)				
TOTAL DO ATIVO		889.790	796.016	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		889.790	796.016

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG
CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	41.530	-	41.530	80.475	-	80.475	72.336	-	72.336
Operações de Crédito	37.514	-	37.514	72.613	-	72.613	61.214	-	61.214
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	4.016	-	4.016	7.862	-	7.862	11.122	-	11.122
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(18.493)	(43)	(18.536)	(35.238)	(80)	(35.318)	(45.981)	(194)	(46.175)
Operações de Captação no Mercado	(14.371)	(43)	(14.414)	(28.023)	(80)	(28.103)	(39.785)	(59)	(39.844)
Operações de Empréstimos e Repasses	(674)	-	(674)	(1.611)	-	(1.611)	(1.755)	(135)	(1.890)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.448)	-	(3.448)	(5.604)	-	(5.604)	(4.441)	-	(4.441)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.037	(43)	22.994	45.237	(80)	45.157	26.355	(194)	26.161
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(9.722)	2.777	(6.945)	(17.852)	5.255	(12.597)	(3.363)	3.799	436
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.062	5.915	9.977	7.865	11.256	19.121	7.068	8.697	15.765
Rendas de Tarifas Bancárias	3.709	-	3.709	7.232	-	7.232	6.068	-	6.068
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(14.029)	(1.199)	(15.228)	(27.200)	(2.266)	(29.466)	(24.241)	(1.864)	(26.105)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(8.712)	(1.320)	(10.032)	(16.266)	(2.461)	(18.727)	(15.587)	(2.178)	(17.765)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(71)	(292)	(363)	(121)	(555)	(676)	(129)	(407)	(536)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	12.676	139	12.815	24.157	183	24.340	35.308	232	35.540
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(7.357)	(466)	(7.823)	(13.519)	(902)	(14.421)	(11.850)	(681)	(12.531)
RESULTADO OPERACIONAL	13.315	2.734	16.049	27.385	5.175	32.560	22.992	3.605	26.597
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(67)	33	(34)	(138)	31	(107)	12	45	57
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	13.248	2.767	16.015	27.247	5.206	32.453	23.004	3.650	26.654
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(359)	(359)	-	(1.336)	(1.336)	-	(586)	(586)
Provisão para Imposto de Renda	-	(201)	(201)	-	(776)	(776)	-	(338)	(338)
Provisão para Contribuição Social	-	(158)	(158)	-	(560)	(560)	-	(248)	(248)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	13.248	2.408	15.656	27.247	3.870	31.117	23.004	3.064	26.068
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.870	(3.870)	-	3.064	(3.064)	-
REVERSÃO DE RESERVAS	-	-	-	10	-	10	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	13.248	2.408	15.656	31.127	-	31.127	26.068	-	26.068
DESTINAÇÕES	-	-	-	(23.928)	-	(23.928)	(20.255)	-	(20.255)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.836)	-	(1.836)	(2.308)	-	(2.308)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(495)	-	(495)	(506)	-	(506)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.440)	-	(1.440)	(1.163)	-	(1.163)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(19.581)	-	(19.581)	(15.813)	-	(15.813)
Fundo Filantrópico	-	-	-	(576)	-	(576)	(465)	-	(465)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	7.199	-	7.199	5.813	-	5.813

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG
CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	30.422	107.186	474	5.928	144.010
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(5.853)	(5.853)
Outras destinações	-	-	-	(75)	(75)
Capital de associados					
Aumento de capital	1.682	-	-	-	1.682
Baixas de capital	(982)	-	-	-	(982)
Reversões de reservas	-	-	(474)	-	(474)
Resultado do período	-	-	-	26.068	26.068
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.163)	(1.163)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.813	-	(15.813)	-
Outras Reservas	-	-	465	(465)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.283	-	-	(2.308)	(25)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	506	-	(506)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	33.405	123.505	465	5.813	163.188
Mutações do Período	2.983	16.319	(9)	(115)	19.178
Saldos no início do período em 01/01/2018	33.405	123.505	465	5.813	163.188
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(5.737)	(5.737)
Outras destinações	-	-	-	(76)	(76)
Capital de associados					
Aumento de capital	4.519	-	-	-	4.519
Baixas de capital	(1.354)	-	-	-	(1.354)
Reversões de reservas	-	-	(465)	10	(455)
Resultado do período	-	-	-	31.117	31.117
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.440)	(1.440)
Fundo Filantrópico	-	-	-	(576)	(576)
Reserva Legal - Estatutária	-	19.581	-	(19.581)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.815	-	-	(1.836)	(21)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	495	-	(495)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	38.385	143.581	-	7.199	189.165
Mutações do Período	4.980	20.076	(465)	1.386	25.977
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	35.373	123.505	456	15.471	174.805
Reversões de reservas	-	-	(456)	-	(456)
Capital de associados					
Aumento de capital	1.821	-	-	-	1.821
Baixas de capital	(624)	-	-	-	(624)
Resultado do período	-	-	-	15.656	15.656
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.440)	(1.440)
Fundo Filantrópico	-	-	-	(576)	(576)
Reserva Legal - Estatutária	-	19.581	-	(19.581)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.815	-	-	(1.836)	(21)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	495	-	(495)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	38.385	143.581	-	7.199	189.165
Mutações do Período	3.012	20.076	(456)	(8.272)	14.360

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG
CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	18.969	37.802	29.964
Resultado do semestre/exercício	15.656	31.117	26.068
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.313	6.685	3.896
Provisão para operações de crédito	2.667	4.107	276
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	3	2	-
Provisão para desvalorização de outros créditos	159	105	219
Depreciação do imobilizado de uso	1.032	2.067	1.632
Amortização do intangível	637	1.206	1.142
Baixas do ativo permanente	47	139	1.432
Provisão para passivos contingentes	330	482	154
Destinações ao FATES	(1.440)	(1.440)	(1.163)
Dividendos SicrediPar	(122)	17	204
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(42.803)	(26.262)	(19.071)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(16.387)	(16.387)	-
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(3.951)	(7.796)	(11.122)
Redução em relações interfinanceiras ativas	4.283	-	1
Redução em créditos vinculados	10	-	-
Redução em relações com correspondentes	19	14	1
(Aumento) em operações de crédito	(50.660)	(63.982)	(66.025)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	539	(1.929)	5.813
(Aumento) em outros créditos	(3.239)	(3.219)	(6.710)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(2.048)	(2.206)	1.533
Aumento em depósitos	22.906	66.510	50.683
Aumento em relações interdependências passivas	2.320	248	878
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(6.754)	(6.530)	(19)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(747)	(1.194)	(729)
Aumento em outras obrigações	10.906	10.209	6.625
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(23.834)	11.540	10.893
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.812)	(3.427)	(12.306)
Aplicações no Intangível	(793)	(2.401)	(1.344)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.605)	(5.828)	(13.650)
Integralização de capital	1.821	4.519	1.682
Baixa de capital	(624)	(1.354)	(982)
Reversões de reservas	(456)	(455)	(474)
Juros ao capital próprio	(21)	(21)	(25)
Distribuição de Sobras	-	(5.813)	(5.928)
Outras Destinações	(576)	(576)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	144	(3.700)	(5.727)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(27.295)	2.012	(8.484)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	327.837	298.530	307.014
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	300.542	300.542	298.530

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 01/03/1906 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 28 de Janeiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	9.034	4.760
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	291.508	293.770
Total	300.542	298.530

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.018	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	4.018	-
Total circulante	4.018	-

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.369	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	12.167	-
DI entre Banco e Cooperativas	202	-
Total não circulante	12.369	-

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
Cotas de Fundos de Renda Fixa	128.107	120.310
Total circulante	128.107	120.310

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	144.639	135.000	279.639	229.089
Financiamentos	30.117	40.881	70.998	55.709
Financiamentos rurais e agroindustriais	21.573	1.268	22.841	24.698
Carteira total	196.329	177.149	373.478	309.496

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	213	-	213	146
Devedores por compra de valores e bens	882	1.357	2.239	3.010
Títulos e créditos a receber (i)	19.946	3	19.949	15.368
Total	21.041	1.360	22.401	18.524

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	88	-	-	-
Nível A	0,50	169.699	105.083	848	525
Nível B	1,00	125.312	166.997	1.253	1.679
Nível C	3,00	54.588	22.392	1.640	672
Nível D	10,00	21.533	16.975	2.153	1.698
Nível E	30,00	13.441	6.582	4.032	1.975
Nível F	50,00	2.384	1.798	1.192	899
Nível G	70,00	1.949	1.619	1.364	1.133
Nível H	100,00	6.885	6.574	6.885	6.574
Total		395.879	328.020	19.367	15.155

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			Total da Carteira	2017
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.717	34.066	36.669	44.969	117.421	99.174
Rural	22	1.522	20.029	1.268	22.841	24.698
Industrial	23	7.707	9.100	23.767	40.597	35.106
Comércio	262	21.874	28.798	35.633	86.567	71.165
Outros Serviços	403	21.895	33.283	72.872	128.453	97.877
Total	2.427	87.064	127.879	178.509	395.879	328.020

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	88.629	22,39	76.562	23,34
50 devedores seguintes	97.282	24,57	77.516	23,63
100 devedores seguintes	42.834	10,82	39.507	12,04
Demais	167.134	42,22	134.435	40,99
Total	395.879	100	328.020	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	15.155	14.660
Constituição de provisão	5.604	4.441
Movimentação de baixados para prejuízo	(1.392)	(3.946)
Saldo final	19.367	15.155

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 965 (2017 - R\$ 1.235), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 6.214 (2017 - R\$ 9.706).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	61	74
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	509	2.071
Adiantamentos por conta de imobilizações	41	-
Devedores por compra de valores e bens	882	840
Devedores por depósitos em garantia	924	358
Impostos e contribuições a compensar	21	28
Títulos e créditos a receber	19.946	15.367
Valores honrados	-	81
Cotas de consórcio	313	-
Operações com cartões	421	63
Pendências a regularizar	38	10
Outros	103	473
Total Circulante	23.259	19.365

Devedores por compra de valores e bens	1.357	2.170
Títulos e créditos a receber	3	1
Total não circulante	1.360	2.171

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	2.613	215
Imóveis	2.591	190
Veículos e afins	22	25
Material em estoque	10	6
Despesas antecipadas	319	284
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(2)	-
Total Circulante	2.940	505

Despesas antecipadas	344	575
Total não circulante	344	575

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 2 (2017 - R\$ 0) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	9.716	9.716
Sicredi Participações S.A.	7.592	7.592
Outras Participações e Investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	2	2
Total	17.311	17.311

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	2.462.084 ON	2.462.084 ON	1	1	9.715.959	9.715.959
	5.129.742 PN	5.129.742 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,86%	0,87%	0,62%	0,61%	2,53%	2,77%
Capital social	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	393.914	361.565
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	7.592	7.592	1	1	9.716	9.716

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	46.369	(8.255)	38.114	36.893
Imobilizações em curso	-	2.296	-	2.296	73
Terrenos	-	4.982	-	4.982	4.982
Edificações	4%	21.523	(714)	20.809	21.164
Instalações	10%	4.415	(1.930)	2.485	2.839
Móveis e equipamentos de uso	10%	7.027	(2.286)	4.741	5.106
Sistema de comunicação	10%	168	(96)	72	87
Sistema de processamento de dados	20%	4.315	(2.397)	1.918	1.914
Sistema de segurança	10%	834	(291)	543	571
Sistema de transporte	20%	809	(541)	268	157
Intangível (i)		11.701	(5.777)	5.924	4.729
Investimentos Confederação		11.701	(5.777)	5.924	4.729
Total		58.070	(14.032)	44.038	41.622

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018			2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	113.117	-	-	113.117
Depósitos Interfinanceiros	-	-	6.793	6.793
Depósitos a prazo	23.708	30.325	461.902	515.935
Total	136.825	30.325	468.695	635.845

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	22.617	24.864
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	22.617	24.864
Total circulante	22.617	24.864
Recursos do Crédito Rural	831	512
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	831	512
Total não circulante	831	512

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/11/2028, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	-	6.530
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	-	6.530
Total circulante	-	6.530

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Cheques administrativos	1.938	1.284
Obrigações por convênios oficiais	5	6
Provisão para pagamentos a efetuar	6.824	5.600
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	918	436
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.543	1.326
Pendências a regularizar	84	9
Operações com cartões	19.545	14.692
Demais fornecedores	833	764
Credores diversos	1.258	1.260
Total circulante	32.948	25.377

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	431	472	(57)	846
Cível	4	84	(17)	71
Tributária	1	-	-	1
Total	436	556	(74)	918

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	846	431
Cível	Provável	71	4
Tributária	Provável	1	1
Total		918	436

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 530; R\$ 150 e R\$ 203 (2017 - R\$ 381, R\$ 115 e R\$ 203), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo administrativo nº 38811022, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo taxa de gravame DETRAN. O processo encontra-se em fase de impugnação, tramitando junto ao SEFAZ/RS, atingindo o valor de R\$ 203, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	38.385	33.405
Total de associados	52.119	51.928

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.980 (2017 – R\$ 2.983), sendo R\$ 1.815 (2017 – R\$ 2.283) via integralização de resultados e R\$ 4.519 (2017 – R\$ 1.682), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.354 (2017 – R\$ 982).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5,2% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.836, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 68% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou 2% para o Fundo Filantrópico.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	32.453	26.654
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(13.630)	(11.195)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	35	9
Provisão resgate de milhas cartão	63	33
Provisão PPR	(76)	56
Receita com atos cooperativos	11.444	9.662
Juros sobre capital próprio	771	969
Outros	57	(120)
Subtotal	12.294	10.609
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.336)	(586)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	16.387	-
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	128.107	120.310
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	291.508	293.770
Outros Créditos - Rendas a receber	921	854
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	527	2.097
Investimentos (Nota 10)	17.309	17.309
Intangível (Nota 11)	5.924	4.729
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	23.448	25.376
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	-	6.530
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	19.035	14.651
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	7.862	11.122
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	6.364	4.784
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	19.889	31.964
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	1.611	1.890
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	849	708
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	7.673	7.441

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	246	0,22%	200
Depósitos a prazo	3.287	0,64%	3.077
Operações de crédito	737	0,20%	582

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	3.268	3.320

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	845	654
Despesa de aluguéis	1.255	1.114
Despesa de comunicação	950	1.005
Despesa de manutenção e conservação	979	1.034
Despesa de material	214	258
Despesa processamento dados	407	1.428
Despesa de promoções e relações públicas	2.216	1.789
Despesa de propaganda e publicidade	720	676
Despesa de seguro	112	89
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.977	1.900
Despesa de serviços de terceiros	526	604
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.842	1.654
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.500	1.086
Despesa de serviços de transportes	697	719
Despesa de viagem	127	36
Despesa de depreciação	2.067	1.632
Outras despesas administrativas	2.293	2.087
Total	18.727	17.765

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	1.007	1.428
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	19.312	31.105
Reversão de provisões operacionais	2.508	1.909
Outras rendas operacionais	1.513	1.098
Total	24.340	35.540

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.207	1.032
Contribuições Cooperativistas	118	109
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	305	252
Contribuição Confederação Sicredi	5.585	4.998
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	644	615
Encargos da administração financeira	128	174
Repasso administradora de Cartões	299	542
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.206	1.142
Outras provisões operacionais	3.089	1.889
Outras despesas operacionais	1.840	1.778
Total	14.421	12.531

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	93.009	80.211
Total	93.009	80.211

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	183.241	159.952
Nível I (NI)	183.241	159.952
Capital principal - CP	183.241	159.952
Capital social	38.385	33.405
Reservas de capital	143.581	123.970
Lucros acumulados	7.199	5.813
Ajustes Prudenciais	(5.924)	(3.236)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	677.016	586.255
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	104	313
Margem de Capital (i)	112.051	98.083
Índice de Basileia (PR / RWA)	27,07%	27,28%
Situação de Imobilização (Imob)	38.117	38.391
Índice de Imobilização (Imob / PR)	20,80%	24,00%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Luiz Mario Leite Berbigier
Diretor Executivo
CPF: 326.830.060-04

Graziela Reis Bogorni
Diretora de Operações
CPF: 622.289.860-20

Giovana Bresciani Matte
Contadora
CRC: RS-73356/O-0
CPF: 930.408.650-72